

## CONSELHO CONSULTIVO

"Os desafios da Empregabilidade  
no Actual Contexto Socioeconômico"

### Ministério atinge 85 por cento das metas estabelecidas do PDN 2018-2022

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social já atingiu 85 por cento das metas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, tendo este ano concluído 17 das 20 acções previstas.

Os dados foram anunciados recentemente pela ministra Teresa Rodrigues Dias, durante o Conselho Consultivo, realizado em Caxito, província do Bengo. O Conselho Consultivo propôs para o corrente ano, no domínio da Administração Pública, a definição de estratégias para ultrapassar os constrangimentos afectos ao capital humano do sector para melhorar o quadro actual.

No domínio da Administração do Trabalho, concretamente na Formação Profissional e Emprego, o Ministério vai incluir formandos dos programas Avanço e Capacita, nos indicadores globais do Plano de Desenvolvimento Nacional.

Na Inspeção Geral do Trabalho vai ser estabelecido protocolos com as unidades hospitalares de forma a obterem dados referentes aos acidentes de trabalho.

Nas Condições e Rendimentos no Trabalho será melhorada as acções no âmbito do Grupo Técnico

para o Salário Mínimo Nacional e fazer um alinhamento entre os sectores.

Os membros do Conselho Consultivo reconheceram que os resultados alcançados são frutos da dedicação do colectivo de trabalhadores do Ministério, sem excepção, bem como da participação dos parceiros sociais e demais instituições que partilham com o sector o mesmo sentimento de fazer Angola crescer

#### MINISTRA REASSUME O COMPROMISSO DE SERVIR ANGOLA

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias considera que os resultados alcançados demonstram o compromisso e a grande missão de continuar a servir o país.

*"O quadro das acções positivas, motivamos a continuar a trabalhar para o alcance dos desideratos predefinidos, pelo que, no corrente ano, iremos prestar maior atenção no alinhamento das nossas tarefas e metas estabelecidas pelo PDN 2018-2022", afirmou.*

#### NESTA EDIÇÃO



Pag. 04

Ministra considera que a aposta  
na educação e prevenção  
são fundamentais  
para o combate à corrupção

Pag. 05

Lei Geral do Trabalho vai ser  
revista no próximo ano

Pag. 06

Reforçado o combate ao  
trabalho infantil



#### SIAC MARCONI

Visite-nos na Centralidade do Marconi  
Acesse nosso site: [www.siac.com](http://www.siac.com)

Centralidade do Marconi, Cazenga  
Luanda-ANGOLA

+244 923 619 156, +244 990 619 156, +244 222 691 904  
[siac@siac.gov.ao](mailto:siac@siac.gov.ao)  
[faleconnosco@siac.gov.ao](mailto:faleconnosco@siac.gov.ao)



Teresa Rodrigues Dias destacou que as principais acções realizadas desde 2020 até ao primeiro semestre de 2021, no domínio da Administração Pública, foi a diminuição de 6,89 por cento dos funcionários da função pública, passando de 417.298 para 388.538, comparativamente ao período homólogo.

No âmbito da formação dos funcionários públicos e dos trabalhadores do sector empresarial, foram formados 6.067 funcionários, pela Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP).

No mesmo período, o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) atendeu 2.328.812 utentes. A Direcção Nacional da Administração Pública (DNAP) recepcionou 1.482 processos, dos quais 1.297 foram tratados, 58 estão em tratamento e 127 para reconhecimento.

Em relação á implementação dos Decretos Presidenciais n.º 305/17, de 20 de Novembro e 219/20, de 26 de Agosto, sobre o regime excepcional de enquadramento, ingresso, acesso, mobilidade e reforma do pessoal da função pública, foram tratados 115 processos.

No domínio da administração do trabalho, disse, o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) e os centros privados, formaram 31.978 jovens em diversas especialidades.

O Conselho Consultivo, decorreu, sob a presidência da Ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias, que esteve ladeada pelo vice-governador para o sector Político, Social e Económico do Bengo, José Pedro e pelos secretários de Estado da Administração Pública, Vânio Americano e do Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe.

Os trabalhos contaram com 51 participantes, entre Directores nacionais e equiparados, chefes dos Serviços Provinciais do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e Inspeção Geral do Trabalho (IGT), consultores, chefes de departamentos, técnicos, representantes de outros sectores e parceiros sociais como a Câmara de Comércio e Indústria de Angola CCIA, Associação Industrial de Angola (AIA), União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, Confederação Sindical (UNTA-CS) e CGSILA.



## MAPTSS CRIA CONDIÇÕES PARA MELHORES OPORTUNIDADES DE EMPREGOS

A partir do próximo ano, o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) vai criar melhores condições de oportunidades de emprego para a juventude, através de programas mais abrangentes que estarão disponíveis nos centros do INEFOP.

A proposta foi anunciada, no Bengo, Caxito, durante o Conselho Consultivo do MAPTSS, que abordou *“Os Desafios da Empregabilidade no Actual Contexto Socioeconómico”*, que serviu também para analisar as acções realizadas desde 2020 até o primeiro semestre deste ano e perspectivar as actividades do próximo ano.

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias apontou que um dos grandes problemas nas instituições tem sido a falta de um plano de carreira, porque muitos profissionais não têm clareza sobre quais são os seus objectivos e isso prejudica a evolução no mercado.

A governante acrescentou que as instituições valorizam pessoas que têm um planeamento profissional, que sabem onde querem chegar e estão determinadas a dar o melhor para alcançar os seus objectivos.

Teresa Rodrigues Dias realçou que em épocas de crise, a realidade do mercado de

trabalho se torna ainda mais desafiadora, muita gente ficou sem emprego e teve que se reinventar face a pandemia da Covid-19.

O cenário de crise, acrescentou, provoca mudanças nos modelos de negócios e também nas estratégias de trabalho.

E quem quiser garantir um bom emprego, sublinhou, precisa se adaptar. A adaptação aos novos modelos de trabalho com a chegada da pandemia, com o exemplo do teletrabalho, permitiu que vários sectores continuassem as suas actividades.

*“Um erro cometido por muitos profissionais foi ficar parado. Quem não corre atrás de conhecimento ou outras experiências enriquecedoras, dificilmente se destaca, e isto se denomina a preparação para novas oportunidades”*, disse.

A ministra alertou que quando a crise aperta, alguns sectores sofrem mais do que os outros e para se sobreviver nesse cenário os profissionais precisam reinventar-se ou ir à busca de oportunidades nos lugares certos, usar a criatividade para propor novas ideias e iniciativas que ajudem a superar os desafios do momento.

Inscreva-se no nosso canal

# DO YOUTUBE

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social como Órgão Central do Estado, de acordo com as orientações do Executivo tem a missão de promover, conceber, propor, coordenar, executar e fiscalizar as políticas públicas, privadas e os programas sectoriais nos domínios da Administração Pública, Administração do Trabalho e Segurança Social.

@maptssangola



## MAIS DE SETE MIL DESPEDIMENTOS

A Inspeção Geral do Trabalho (IGT) no âmbito das suspensões e despedimentos por ramo de actividade registou 14.719 suspensões de contratos de trabalho e 7.395 despedimentos.

A IGT realizou 5.775 inspecções, abrangendo um universo de 94.082 trabalhadores e detectou 21.305 infracções à legislação laboral, levantados 935 autos de notícia e pagos 773 indemnizações.

Ainda neste período, foram registados 1.151 casos de acidentes de trabalho comunicados pelas empresas, com 859 casos leves, 287 graves e cinco fatais. O Centro de Segurança e Saúde no Trabalho (CSST) realizou 3.978 exames médicos ocupacionais e 7.108 exames complementares.

O CSST realizou ainda, no âmbito das suas actividades, 709 acções de divulgação da Legislação Laboral em matéria de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST) e da melhoria das condições de trabalho nas empresas, por via de seminários e palestras.

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), no domínio da Protecção Social Obrigatória (PSO) tem o registo de 191.485 contribuintes, 1.979.627 segurados e 160.168 pensionistas activos, com uma taxa de dependência de 12,28 por cento.



## DESAFIOS DA EMPREGABILIDADE

A ministra Teresa Rodrigues Dias referiu que o tema sobre “Os Desafios da Empregabilidade no Actual Contexto Socioeconómico” é importante, não só para quem está em busca de um novo emprego, mas por ser uma característica essencial, para profissionais que queiram manter as suas posições actuais e garantir mais estabilidade na carreira.

Realçou que mesmo quando o cenário político e económico do país apresenta bons sinais, os desafios da empregabilidade não deixam de existir, porque diversos são os motivos que podem levar as instituições a reduzirem o seu quadro de trabalhadores, sejam por motivos internos, má gestão e problemas financeiros, situações externas, como crises no mercado e períodos de recessão económica.

Nessas situações, acrescentou, quem acaba mantendo o emprego, é quem se destaca e se mostra ser essencial, enaltecendo a competência profissional, *“nesta altura as instituições vão à busca de pessoas competentes para assumir as vagas de emprego, não apenas dos que têm conhecimentos, mas sim, habilidades e comportamentos desejados no ambiente de trabalho”*, considerou.

A ministra disse que a realização de um Conselho Consultivo constitui um imperativo da organização e funcionamento dos departamentos ministeriais a luz dos seus estatutos orgânicos, de tal forma, que todos os anos, a direcção do Ministério reúne para fazer um balanço das acções programadas e realizadas no ano transacto, bem como definir as prioridades e metas para ano seguinte.

Teresa Rodrigues Dias referiu que o encontro serviu para reflectir sobre as possíveis causas e os factores que dificultaram o alcance do êxito das acções e programar futuras para responder às políticas e os projectos previstos no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022.

A ministra destacou ainda que em relação ao MAPTSS, no PDN constam cinco programas, 12 objectivos, 20 metas e igual número de indicadores, sendo que, das 20 metas definidas, 17 foram realizadas na totalidade, correspondendo a um grau de execução de 85 por cento, o que reflecte, que independentemente das limitações impostas pelo surgimento da pandemia da Covid-19, houve um desempenho aceitável.



**DÊ UM LIKE  
NA NOSSA PÁGINA OFICIAL  
DO FACEBOOK**

Fique por dentro de todas as actualizações  
no sector da Administração Pública, Trabalho  
e Segurança Social

maptasangola

# Combate à corrupção traz mais abertura para novos investimentos ao país



O ministro de Estado para Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior afirmou, em Luanda, que o combate à corrupção traz mais abertura para novos investimentos ao país.

Manuel Nunes Júnior elogiou as acções feitas pela Procuradoria Geral da República e os Tribunais, no combate à corrupção que têm sido notáveis e louváveis a todos os títulos.

O ministro de Estado falava durante a Conferência Nacional sobre o Combate à Corrupção em Angola, realizada pela ENAPP.

Manuel Nunes Júnior realçou que o combate aos crimes tem sido relacionado ao branqueamento de capitais, peculato, associação criminosa, participação económica em negócios, burla por fraude, fraude fiscal, improbidade e falsificação de documentos.

O ministro de Estado frisou que não é fácil convencer os empresários estrangeiros a investir num país em que o primado da lei não é respeitado.

Reforçou ser preciso assegurar e criar confiança nas pessoas, de que ninguém na sociedade está acima da lei. “Todos devem respeito a lei, porque ela é para todos”. Realçou que só num ambiente com essas características podem sobressair os talentos da sociedade nos vários domínios da vida e podemos ter uma sociedade competitiva e inovadora.

O ministro de Estado destacou que o combate à corrupção e a impunidade em Angola começa a mudar aos olhos do resto do mundo, no sentido positivo, tendo em conta que no passado não se fazia nada.

Disse ainda que o Tribunal de Contas redobrou a sua acção de fiscalização da legalidade das finanças públicas e de julgamento das contas que tem permitido moralizar a execução financeira do Estado, diminuindo a margem para a corrupção e a execução irregular do Orçamento Geral do Estado.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica referiu que se as relações comerciais do Estado com as empresas forem estabelecidas com base no mérito e na capacidade das empresas, cria-se um ambiente de eficiência e faz-se uma boa alocação dos recursos, promove ganhos para todos, tanto para as empresas como para as famílias e o próprio Estado.

Num ambiente contrário, referiu, as perdas são generalizadas, excepto para um pequeno punhado de agentes que alcançam benefícios pessoais com tais operações.

## MINISTRA CONSIDERA QUE A APOSTA A EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO SÃO FUNDAMENTAIS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias apontou que a criação de um sistema de defesa que reúne em simultâneo a educação e a prevenção, constituem a estratégia fundamental para o combate à corrupção.

A ministra falava durante a Conferência Nacional sobre o Combate à Corrupção em Angola, realizada na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP). Teresa Rodrigues Dias destacou que desde a tomada de posse do Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, foi orientado como ponto fulcral o combate à corrupção, de modo a garantir que estas práticas deixassem de existir no país.

A ministra considerou que o combate à corrupção no país é embrionário, necessitando de maior aperfeiçoamento das suas mais distintas franjas, designadamente, especialização, formação, investigação, prevenção entre outros aspectos.

A governante acrescentou que o trabalho da anticorrupção não se esgota apenas no combate, mas também na prevenção, valorizando a educação das pessoas com os órgãos de aplicação da lei para prevenir a origem.

A ministra explicou que o objectivo da conferência foi para dar a conhecer melhor o fenómeno da corrupção, definir os métodos para combatê-la, esclarecer a contribuição que os vários órgãos podem dar pelo combate.

Realçou que vários estudiosos e especialistas do fenómeno, ajudaram os participantes a ter um quadro da corrupção e aquilo que se está a fazer para combater. Teresa Rodrigues Dias considerou que a corrupção é um fenómeno que não conhece limites políticos, nem geográficos, está presente tanto nos países ricos como nos pobres.

*“O volume da economia da corrupção é difícil de estabelecer de modo preciso. Os dados frequentemente divergem sobre esse ponto. A corrupção atravessa todos os sectores sociais, não pode ser atribuída somente aos operadores económicos, a sociedade civil e nem aos funcionários públicos”.*



## AS ATRIBUIÇÕES DA ENAPP

A Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP) tem atribuições nos domínios da formação, pesquisa e consultoria. Tendo em vista a elevação da qualidade da prestação de serviço pelo sector público administrativo e empresarial público e privado.

De acordo com o programa de formação, a ENAPP tem uma estrutura para atender as necessidades apresentadas pelos clientes em todos os níveis. Dentro deste quadro, preparou o programa formação de combate à corrupção e moralização da sociedade angolana.

A ENAPP define a corrupção como a expressão dos valores de uma dada cultura que justifica a exploração de uma pessoa sobre a outra.

O programa de formação sobre o combate à corrupção tem a duração de 460 horas para os funcionários, sendo realizado em cerca de 20 dias. Para os dirigentes o horário prevalece até 16 horas ou dois dias.

A ENAPP pretende contribuir no combate à corrupção no seio da Administração Pública, auxiliar o Executivo na materialização das metas referentes à moralização, potencializar as instituições e construir relações sólidas, estáveis e personalizadas com os parceiros.

# Briefing: Lei Geral do Trabalho vai ser revista no próximo ano



A Lei Geral do Trabalho vai ser revista na próxima legislatura. A informação foi dada pelo secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, durante o terceiro briefing do MAPTSS.

Pedro Filipe justificou a necessidade da alteração da Lei, pelo facto de ser uma reivindicação antiga dos sindicatos e parceiros sociais, que apontam a mudança da precariedade, indemnização em casos de despedimento, férias entre outros pontos.

O grupo de trabalho criado pelo Presidente da República, é chefiado pelo Secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, constam representantes dos sindicatos, entidades patronais, parceiros sociais e académicos.

*“O grupo tem trabalhado em espírito de concórdia e patriótico para reflectir as diferentes sensibilidades dos empregadores e trabalhadores”.*

O Secretário de Estado informou ainda que a criação do Plano de Combate e Prevenção do Trabalho Infantil, foi criada em função do número elevado de crescimento destes casos nos últimos tempos.

Realçou que apesar de haver questões sociais e culturais que promovem este fenómeno, o Executivo não pode deixar de combater.

Pedro Filipe realçou que a IGT foi reforçada com 150 inspectores, porque nos últimos dois anos o número de conflitos laborais cresceu e atendendo a necessidade de assegurar o cumprimento rigoroso das medidas de segurança e higiene no trabalho. Explicou que por este motivo, a IGT tem estado a ser reforçada com meios humanos e materiais para estar à altura dos desafios.

## INSS RECUPERA ACTIVOS AVALIADOS EM 134 MILHÕES DE DÓLARES

O Executivo recuperou activos avaliados num total de 134 milhões de dólares, com a apreensão de patrimónios construídos com fundos públicos, através do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Os dados foram avançados pelo diretor-geral do INSS, Anselmo Monteiro.

Do conjunto de edifícios recuperados, construídos com dinheiros públicos e que estavam sob esfera privada constam as Torres Eucaliptos, Luanda Medical Center, Instituto Sapiens e Hotel Monalisa, todos localizados em Luanda.

Estes bens, construídos com dinheiros do erário público, foram recentemente recuperados pela Procuradoria Geral da República, no âmbito do programa de combate à corrupção, constituindo a bandeira da governação do Presidente da República, João Lourenço, em funções desde 2017.

Por terem sido construídos há mais de dez anos, Anselmo Monteiro disse que os valores destes imóveis sofrerem depreciação, dado o tempo que correu.

De acordo com o diretor-geral do INSS, a sua instituição tem vindo a trabalhar na perspectiva de rentabilizar estes imóveis.

No entanto, no que toca ao Hotel Monalisa, por conta da crise motivada pela Covid-19, que afectou gravemente o sector hoteleiro, o gestor público disse que está a se desenvolver novas metodologias para se encontrar outras formas de rentabilizar a unidade que não passa, necessariamente, pela via tradicional.

Quanto ao Instituto Sapiens, Anselmo Monteiro fez saber que apesar de não estar a ser utilizado pelos objectivos que foi criado, o INSS optou em arrendar alguns espaços para garantir a manutenção do edifício sem a necessidade de recorrer às reservas técnicas da Segurança Social.

Já edifício da Luanda Medical Center, referiu, apesar de não estar sob tutela geral da Segurança Social tem-se vindo a negociar com a PGR, para o pagamento da dívida acumulada.

*“Portanto, recorrem aqui acções concretas para que possamos ter o retorno dos investimentos a médio e longo prazo”*, considerou Anselmo Monteiro.

GOVERNO DE ANGOLA | maptss.gov.ao

**NOS SIGA NA NOSSA PÁGINA OFICIAL DO INSTAGRAM**

Fique por dentro de todas as actualizações no sector da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

f i y maptssangola

# Artigo de Opinião: “A Propósito da Discussão Sobre a Oportunidade e Conveniência da Alteração da LGT”



**Pedro José Filipe**  
Secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social

*“O trabalho é a fonte única da riqueza nacional.”* Afirmava enfática e categoricamente, Leão XIII. Não posso estar mais de acordo.

Creio que, enquanto País, temos de aprender a valorizar e a fomentar o trabalho digno para todos, se quisermos lograr sucessos.

O prelado faz, na referida encíclica, uma verdadeira apologia a necessidade de se praticar o justo salário. *“O justo valor da paga deve ser avaliado não por um, senão por vários princípios.”* Que, felizmente, encontra eco, nos artigos 1.º e 23.º da Constituição da República de Angola, cujo recorte, destaca a necessidade do respeito pela dignidade da pessoa humana.

✔ **A segunda lição, está directamente relacionada a necessidade da união e do envolvimento de todas as forças vivas da nação no processo de desenvolvimento económico social.**

A dada altura, afirmam os prelados: *“nunca um País se ergueu da miséria e pobreza a uma fortuna melhor e mais elevada, sem a colaboração ingente de todos os cidadãos, tanto os que dirigem o trabalho, como os que o executam”.*

Há aqui um repto claro, para a cultura de diálogo permanente, entre

trabalhadores, empregadores e classe política, para o bem comum.

Ademais, as encíclicas encorajam e defendem, com algum entusiasmo, a necessidade de criação de associações operárias e não operárias, bem como as associações industriais. A Constituição da República de Angola, não passou ao largo deste imperativo categórico e consagrou, de forma expressa, nos artigos 48º, 49º e 50º, a liberdade de associação e a liberdade sindical.

✔ **A terceira lição é da LIBERDADE, e o sublinhado é propositado.**

Muito a frente do seu tempo, mercê dos ventos de mudanças que resultes do século das luzes, João XXIII, secundado por Pio XI, fazia veemente apologia da liberdade:

*“Deve sim deixar-se, tanto aos particulares como às famílias a justa liberdade de acção, mas contanto que se salve o bem comum e não se faça injúria a ninguém.”*

✔ **Deixam-nos também, uma importante lição, relacionada a necessidade de protecção das classes mais desfavorecidas.**

A ideia segundo a qual, a justiça, pressupõe o tratamento igual para as situações semelhantes e diferenciado, para as situações desiguais.

*“Aos governantes compete defender toda a nação e os membros que*

No último mês de Maio cumpriram-se 90 anos, desde a publicação de QUADRAGÉSIMO ANO, célebre encíclica papal de Pio XI, por ocasião da comemoração do 40º aniversário da não menos célebre e fracturante encíclica do Papa Leão XIII, com o sugestivo título de “Rerum Novarum” publicada, portanto, há 130 anos.

É impressionante, mau grado o longo tempo decorrido, a actualidade e pertinência destes dois documentos históricos, que marcaram a tomada de um claro posicionamento político e social da igreja católica, nos finais do século XIX e início do século XX, em relação as questões das empresas, trabalhadores e sociedade em geral.

Esta reflexão vem a propósito do acalorado debate que se trava, nas redes sociais e na mídia tradicional, sobre a oportunidade e conveniência da alteração da Lei Geral do Trabalho, que de resto, desperta paixões e aguça o interesse da sociedade.

É importante situar a elaboração das referidas encíclicas, no tempo e no espaço, para perceber o contexto em que tão ricas ideias desabrocharam.

Rerum novarum, teve como pano de fundo os movimentos políticos sociais

ligados a luta do proletariado, em finais do Sex. XIX e Quadragésimo ano, teve como pano de fundo, a grande depressão dos anos 30. É pois perceptível, que tanto uma quanto a outra, tenham a questão social, como tónica dominante da narrativa.

Embora estejamos longe do contexto político e social que se vivia na altura, não podemos ignorar os inúmeros desafios económicos e sociais, que o mundo em geral e Angola em particular, actualmente enfrentam. Pelo que, o paralelismo e eventual colagem que se faz, não parecem surgir a despropósito.

Com efeito, propomos-vos, uma breve reflexão, sobre as valiosas e apelativas lições, que se podem extrair do manancial de ideias contidas nas cartas que nos foram legadas pelos ilustres sucessores de Pedro, cujo alcance político e social, há muito que rompeu as tradicionais fronteiras do catolicismo e do cristianismo em geral, tendo-se imposto, com todo mérito, na leque das grandes publicações mundiais e de referência obrigatória.

✔ **A primeira lição que resulta da leitura da carta papal, tem a ver com a valorização do trabalho e a colocação da dignidade do trabalhador no centro de todas as decisões.**

de esquerda, não obstante o discurso marcadamente social, das encíclicas que temos vindo a citar.

Como lapidarmente afirma PIO XI, se é verdade que o liberalismo se mostrou incapaz de resolver convenientemente a questão social, também é verdade, que o socialismo propõe um remédio muito pior que o mal que pretende combater.

A alteração da legislação laboral é, em toda parte do mundo, um tema fracturante. Mas nem por isso deixa de ser uma oportunidade para que todas as forças vivas da nação, coloquem os seus interesses de parte e privilegiem, sobretudo, o interesse público.

É por este facto, que o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, engajou, na comissão encarregue de avaliar a oportunidade e conveniência da alteração da Lei Geral do Trabalho, várias sensibilidades, nomeadamente, os membros das três forças sindicais mais representativas, os representantes da Associação Industrial de Angola, Câmara de Comércio e Indústria, Grupo Técnico Empresarial, Académicos das Universidades Agostinho Neto e Católica de Angola, com o firme propósito de aprovar uma legislação o mais consensual possível.

Há aqui material suficiente para aprimorar as nossas reflexões. Somos todos chamados a participar deste interessante processo, num espírito de patriotismo e abertura e respeito mútuo.

**Pedro José Filipe**

# PAPE (Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade)

## NOVA DINÂMICA DE DISTRIBUIÇÃO

A 2ª fase do Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE) está com uma nova dinâmica para a concessão de microcrédito, kits e carteiras profissionais, que envolve várias regiões do país.

A nova fase de distribuição do PAPE que teve início a 24 de Agosto, é formada por equipas lideradas pelos secretários de Estado da Administração Pública, Vânio Americano, para a região Centro e Sul e do Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, para região Sul, o director-geral do INEFOP, Manuel Mbangui, para região Leste e o director-adjunto para o Emprego, António Pereira, para região Norte.

Os trabalhos estão a ser realizados nos municípios do Cuito, Andulo Menongue, Cuchi, Huambo, Bailundo, Caála, Balombo, Benguela, Lubango, Ondjiva, Xangongo, Namibe, Moçâmedes, Kamukuio, Caconda, Kalukembe, Sumbe, Porto Amboim e Cela, que brevemente serão apresentados os números gerais destas actividades.

Com o arranque da 2ª fase do PAPE prevê-se acelerar o número de beneficiários até 2022, em todo o país, bem como facilitar e simplificar o processo de inscrição nos centros do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP).

Durante o seguimento da segunda fase do PAPE, foi realizado recentemente, nos municípios do Camuciuo e Moçâmedes, província do Namibe a verificação do grau de cumprimento das metas.

Nestas zonas foram entregues 145 kits profissionais, sendo que para o município de



Camuciuo, foram entregues 21 Kits. Procedeu-se ainda a atribuição de 36 carteiras profissionais e está em curso a concessão de 30 microcréditos.

Com estes dados, foram gerados nesta 2ª fase na província do Namibe 938 postos de trabalho, perfazendo actualmente um total de 2.449, desde o lançamento do PAPE.

Relativamente a província do Bié, o PAPE esteve nos municípios do Cuito e Andulo, onde fez a entrega de 34 e 35 kits de trabalho, respectivamente, que criou 166 postos de trabalho.

Ainda na província do Bié, foram assinados 12 protocolos com empresas locais e estão em processo de estágios profissionais 56 jovens formados em diversas especialidades.

Com base no número de beneficiários foram formalizadas 202 actividades económicas e aguarda-se o processo de formalização de 252 microempresas junto das Administrações locais, para o exercício da actividade económica formal e a inscrição dos beneficiários ao sistema da Segurança Social e Administração Geral Tributária.

A província do Bié gerou 913 postos de trabalho, com o arranque da 2ª fase, perfazendo um total de 1.575 postos de trabalho.

Com base no número de beneficiários foram formalizadas 351 microempresas. A formalização prevê atribuição de declarações para o exercício de actividades económicas formais.

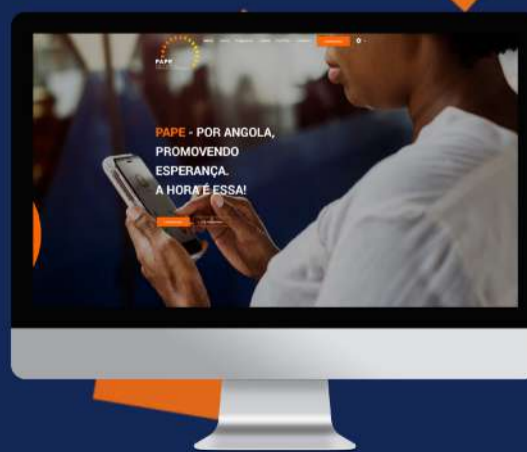
O objetivo da formalização das empresas é garantir maior organização das actividades económicas, contribuindo para as receitas fiscais, protecção social obrigatória, combate a desigualdades sociais, inclusão financeira e a reconversão da economia informal para a formal.



### Faça já sua candidatura no Portal Oficial do PAPE

Siga as nossas redes sociais e inscreva-se no nosso canal do Youtube

[www.pape.gov.ao](http://www.pape.gov.ao)



## DESTAQUES DE AGOSTO



### Mês de Agosto marcado por nomeações

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, quer dar maior dinamismo ao sector. Para garantir o propósito, a ministra Teresa Rodrigues Dias conferiu posse a novos directores e chefes de departamento.

No total são 13 novos responsáveis, dentre eles destacam-se, a nomeação do director do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional (GTICI), director Nacional da Segurança Social (DNSS), director da Incubadora de Empresas/INEFOP, director geral-adjunto para área de Administração e o director adjunto para área técnica do Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC) do Talatona.

Aos novos Responsáveis, a ministra Teresa Rodrigues Dias pediu empenho e engajamento para o alcance dos objectivos e metas a que o Ministério se propôs atingir.

A ministra Teresa Rodrigues Dias orientou aos empossados a trabalharem e a incrementarem um novo dinamismo nas suas áreas, no sentido de se melhorar a performance do Ministério e que o impacto da mudança se reflita na vida do cidadão.



### Reforçado o combate ao trabalho infantil

Sob orientação do Presidente da República, o Conselho de Ministros na sua 7ª Sessão Ordinária, aprovou o Plano de Acção Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil em Angola (PANETI), 2021-2025.

O PANETI decorre de uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), de que Angola é Estado-membro.

O PANETI contém medidas eficazes, imediatas e integradas a serem executadas até 2025, com vista a orientar o trabalho dos distintos agentes na aplicação prática dos direitos da criança, como forma de erradicação do trabalho infantil.

A ministra da Administração Pública e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias informou, na ocasião, que tendo em conta os compromissos que o País tem com a OIT e a CPLP, está previsto, para este mês, a apresentação de um trabalho sobre a erradicação do trabalho infantil.

Teresa Rodrigues Dias admitiu que Angola tem registado, nos últimos anos, casos de trabalho infantil. Apontou a província do Cuando-Cubango com o percentual que mais preocupa, enquanto a província do Bengo é a com menos casos.

Teresa Rodrigues Dias admitiu que todas as outras províncias têm alguma incidência, “mas comprometemo-nos a aprimorar e actualizar os dados”, garantiu.

Teresa Rodrigues Dias definiu o trabalho infantil como sendo uma prática que incapacita as crianças de terem uma vida saudável, acesso à escola e outros direitos fundamentais.

Enquanto o trabalho de menores, referiu, concebido na Lei Geral do Trabalho, é aquele que é aceite, desde que devidamente autorizado pelos representantes legais dos menores de 14 a 18 anos ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) ou, na ausência destes, dos centros de emprego.

“Portanto, nem todo o tipo de trabalho deve ser para os menores”, alertou a ministra, notando que, a nível dos países africanos, é típico pôr as crianças no trabalho do campo, fazendo com que estas não tenham um acompanhamento escolar.

“Independentemente de que situação económica for, não podemos pôr um menor em perigo só porque as pessoas são pobres. As pessoas têm de perceber que uma criança tem as suas limitações”, destacou a ministra.

A ministra prometeu trabalhar com as comunidades, no sentido de os pais perceberem que, independentemente de as crianças estarem nas lavras a ajudarem aqui e ali, devem ir à escola, para poderem crescer normalmente.



### Estatutos orgânicos aprovados em Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros aprovou, igualmente, um diploma que fixa e estabelece as taxas e emolumentos a cobrar pelos serviços prestados pelo Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), nomeadamente reconhecimento de assinaturas, termo de autenticação, procurações, emissão de certidões, actos notariais, escrituras públicas, averbamentos, casamentos e assentos.



### Taxas a cobrar pelo SIAC

No âmbito da reforma do Estado em curso, o Conselho de Ministros aprovou os estatutos orgânicos dos Institutos Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) e de Segurança e Social, bem como do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC).

O objectivo é conformá-los com as regras estabelecidas no regime jurídico de criação, organização, funcionamento e avaliação dos institutos públicos extintos.





## 14 jovens fazem estágio na Nestlé Angola

14 jovens angolanos fazem estágio profissional na Nestlé Angola em diferentes áreas de actuação, no âmbito da parceria com o Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE).

O programa de estágios profissionais continua a beneficiar centenas de jovens pelo país.

Epifânio Fela é um dos beneficiários e está colocado na área de logística. O jovem, garante trabalhar, com dedicação e absolver todo o conhecimento que for adquirindo ao longo do estágio.

Segundo os últimos dados apresentados pelo PAPE, estão inscritos em várias empresas do país 537 estagiários, sendo que o programa prevê financiar directamente 1.500.

O director-geral do INEFOP, Manuel Mbangui disse que o programa de estágios

profissionais é inclusivo e dá ênfase a necessidade da formação técnico profissional.

A directora do Recursos Humanos da Nestlé Angola, Paula Sebastião anunciou que o programa de estágios prevê receber mais quatro estudantes.

*“Esta a ser um processo muito dinâmico, temos trabalhado com várias universidades a nível de Angola, pautando pelo elemento da diversidade e inclusão, concretamente as pessoas com necessidades especiais”.* Concluiu.

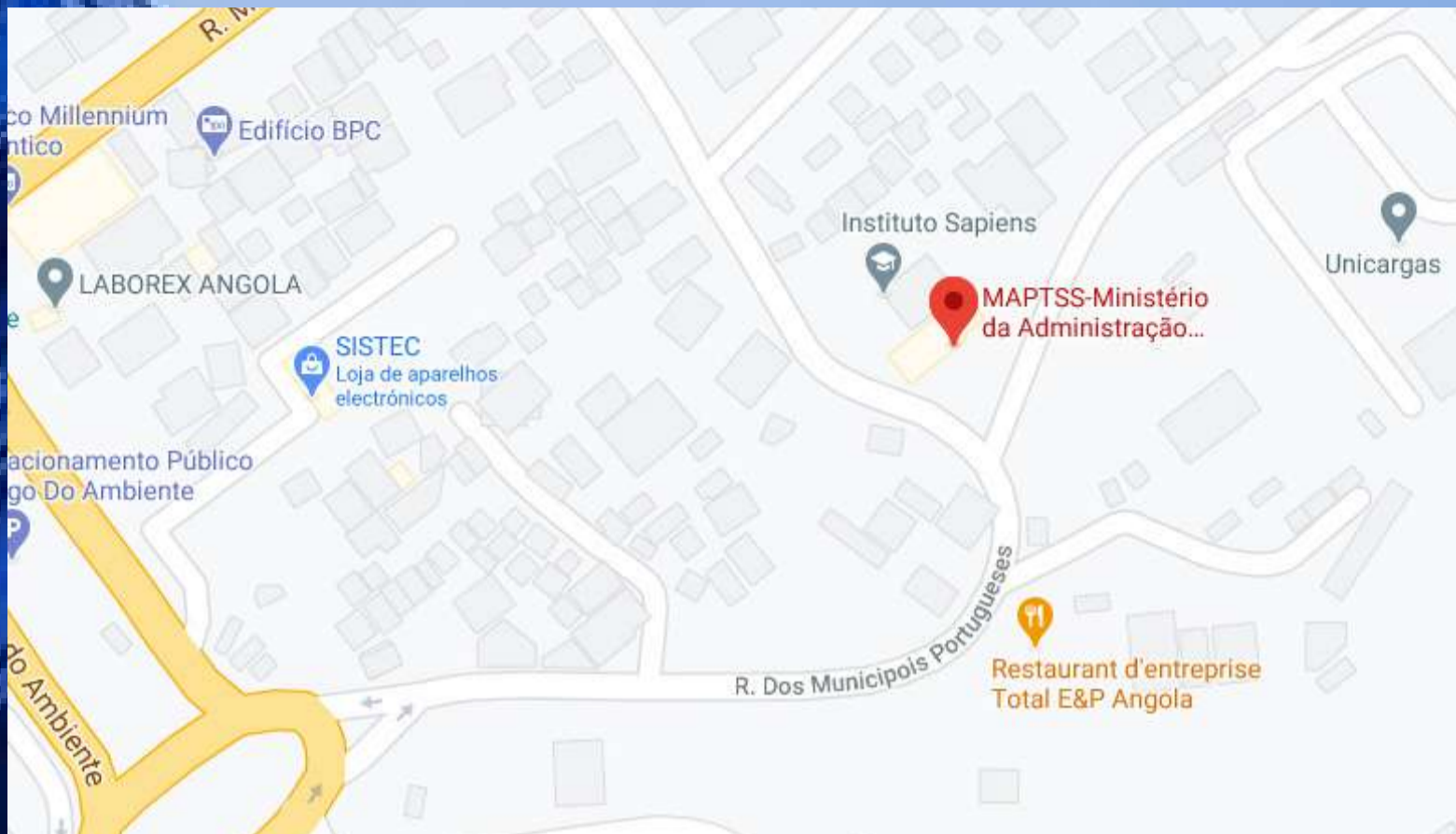


Receba as nossas  
**NEWSLETTERS**  
em primeira mão

[www.maptss.gov.ao](http://www.maptss.gov.ao)

Escreva para nós em:  
[maptssnews@maptss.gov.ao](mailto:maptssnews@maptss.gov.ao)  
e receba a sua newsletter todos os meses  
na sua caixa de correio ou no seu telemóvel





Escreva para nós em [maptssnews@maptss.gov.ao](mailto:maptssnews@maptss.gov.ao) e receba a sua newsletter todos os meses na sua caixa de correio ou no seu telemóvel

## FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS)

**Redacção e Edição:** Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional (GTICI - MAPTSS)

**Periodicidade:** Mensal

**Título:** MAPTSSNEWS

**Edição:** Agosto de 2021 N°9

**Teresa Rodrigues Dias,**  
Ministra da Administração Pública,  
Trabalho e Segurança Social

**Vânio António Gaspar Americano,**  
Secretário de Estado da Administração Pública

**Pedro José Filipe,**  
Secretário de Estado do Trabalho  
e Segurança Social

**Anderson Mota,**  
Director do Gabinete de  
Tecnologia de Informação e  
Comunicação Institucional

**Julião Neto,**  
Chefe do Departamento de  
Comunicação Institucional

**Alberto Capitia,**  
Coordenador de Produção

**Zidane Luís,**  
Paginação

**Esperança Lázaro,  
Maria Lemos e Aida Coelho,**  
Textos

**Morada:**  
Ingombota,  
Rua dos Municípios Portugueses  
Luanda - Angola  
Edifício do Ministério da Administração  
Pública, Trabalho e Segurança Social

**Contactos:**  
+244 222 336 095  
[www.maptss.gov.ao](http://www.maptss.gov.ao)  
[gtici@maptss.gov.ao](mailto:gtici@maptss.gov.ao)



[@maptssangola](https://www.instagram.com/maptssangola)